

III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem
XII Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul
III Encontro dos Mestrados Profissionais em Educação e Letras

Tema: **IMPACTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

UEMS, Campo Grande, Brasil - 06 a 08 de junho de 2018



ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO NA PERSPECTIVA DO ENSINO COLABORATIVO: UM BREVE RELATO DE EXPERIÊNCIA

Thais Paes Custódio
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Mariely Zambianco Soares Sousa
Docente da Rede Municipal de Ensino

Introdução

Tratando-se de uma das dimensões da didática o trabalho de organização efetuado pelo(a) professor(a), pleiteamos discutir a partir das experiências adquiridas como, respectivamente, professora recém-vinculada à Rede Municipal de Ensino (REME) da cidade de Campo Grande – MS e, como estagiária na Educação Especial na mesma rede de ensino. O trabalho tem como objetivo permitir a discussão e reflexão, no que se refere à organização do trabalho didático dos educadores na perspectiva de educação inclusiva, os fatores que influíram em nossa prática pedagógica direcionada para a diversidade de sujeitos no alunado, pensando na Educação Especial e nas possibilidades de contribuir com o desenvolvimento do educando que possui deficiência. Para tanto, partimos da categoria de análise “Organização do Trabalho Didático”, distinguida por Alves (2012).

Segundo Pura (2009), anteriormente a educação brasileira estava diretamente relacionada ao processo produtivo, como fator de desenvolvimento nacional, o professor seria apenas um executor de tarefas e havia a centralidade no instrumento de trabalho, como o manual didático, e nos planejamentos. Mas no pós-ditadura, o ato pedagógico ganha dimensão política e há a necessidade de formar educadores que se comprometessem com as demandas das camadas populares e a preocupação passa a ser formar um “professor politicamente comprometido com a transformação social” (PURA, 2009, p.20). Nesse

sentido, quando falamos de organização do trabalho didático, não podemos nos fundar em uma lógica instrumental ao reconhecer que o conhecimento deve estar articulado às necessidades práticas da população, até mesmo para contribuir com a permanência escolar dos alunos das camadas populares.

Todavia, consideramos a asserção de Alves de que

O trabalho docente é parte constitutiva do trabalho didático e se coloca ao lado de todas as demais formas de trabalho atreladas aos serviços e funções que ele abrange, já brevemente referidas. Sua limitada autonomia se traduz nas operações exercidas pelo professor em sala de aula e, submetido à programação produzida fora do espaço escolar, reduz-se à esfera da execução (ALVES, 2012, p.177).

Ou seja, na escola moderna o professor é o profissional especializado responsável pelas operações de ensino dentro da sala de aula, submetido a mecanismos de controle burocrático. Passou-se a uma organização manufatureira do trabalho didático e uma organização técnica do trabalho docente.

Ainda assim, centramo-nos no objetivo de repensar o próprio processo de produção de conhecimento e seguir a proposta de Martins, segundo Pura, de “ênfatisar o que o outro sabe, a prática dos envolvidos, chegando-se ao nível da alteração das relações sociais” (PURA, 2009, p.23). A preocupação centra-se na reorganização das relações sociais dentro do espaço escolar, estabelecem-se tentativas de alterar sua organização com base nas relações sociais que ali se configuram.

Nesse sentido, consideramos também alteradas a concepção sobre a organização do trabalho didático, que não suporta tão somente as questões materiais e organizacionais (instrumentos de trabalho – material didático, recursos tecnológicos; adequação dos conteúdos partindo de uma base curricular, elaboração de planejamentos, avaliações, notas, etc), como também as relações entre os sujeitos no âmbito escolar.

Metodologia

Continuamente, apresentamos a proposta de pensar a organização do trabalho didático relacionando-o às questões materiais e organizacionais e às novas funções sociais da escola outorgadas pela sociedade que requer também uma prática diferenciada do professor, a quem compete também atentar-se para as relações sociais estabelecidas e sobre as quais intervém.

Para tanto, segue-se nesse tópico os conteúdos e tecnologias utilizados em aulas de história ministrada durante o primeiro bimestre que foram, em grande medida, planejadas considerando as tecnologias às quais temos acesso. Seguindo o currículo programático as aulas centraram-se no estudo de História Geral e Regional. Na primeira os temas abordados foram as Revoluções Inglesa, Industrial e Francesa; já na segunda abordaram-se as comunidades indígenas que se concentraram no território hoje denominado Mato Grosso do Sul e o processo colonizatório da América Portuguesa.

As aulas foram construídas de maneira sistemática de forma que fossem trabalhadas diferentes metodologias seguindo recortes específicos das temáticas, e para que fosse possível constatar o desenvolvimento dos estudantes no que concerne aos conceitos, atitudes e procedimentos que se objetivava atingirem.

Assim, bem como aulas expositivas com o uso de projetor para expor imagens (pinturas, mapas, desenhos, etc.), houveram aulas dialogadas com construção de esquemas (mapas mentais), aulas a partir de leitura conjunta de textos do material didático e trechos de um livro acadêmico, de letra de música (mais audição); aulas realizadas na sala de informática envolvendo pesquisa, sistematização de ideias, socialização das informações coletadas e discussões; jogos de perguntas e respostas (quiz) e seminários (apresentação e exposição de conteúdo sistematizado em cartaz). Além disso, usualmente fora permitido o acesso a plataformas de pesquisa por meio do celular.

Portanto, é aparente o papel complementar dos materiais (livros didáticos) e tecnologias (projetor, computadores da sala de informática, celular, caixa de som) no desenvolvimento das aulas.

Nesse sentido, importa-nos a seguinte constatação de Alves:

Torna-se imperativa a produção de uma nova organização do trabalho didático cujo fundamento deve ser buscado nos recursos tecnológicos contemporâneos. Logo, a nova forma de organização do trabalho didático, embebida na convicção da necessidade de universalizar a cultura e, como decorrência, por colocar-se na perspectiva de democratização do conhecimento culturalmente significativo, só não pode tolerar os instrumentos que se erigem à condição de obstáculos à realização da existência humana num patamar superior (ALVES, 2000, p.10).

Propomo-nos a pensar a organização do trabalho didático relacionando-o às questões materiais e organizacionais e às novas funções sociais da escola outorgadas pela sociedade. A partir de revisão de literatura, propomos articular os relatos de experiências no espaço escolar com as leituras para fundamentação teórica.

Resultados e Discussões

Durante a graduação o acadêmico tem acesso a diferentes informações e conhecimentos teóricos que contribuem para a atuação no campo profissional, após a formação inicial. Mas, é importante pensar a formação do profissional pensando em uma atuação que permeie a inclusão, conforme aponta Freitas (2010):

Nesse sentido, a instituição escolar será inclusiva quando esta compreender a necessidade de configurar relações entre o domínio do saber (conhecimento científico) e o domínio do saber fazer (conhecimento prático) na formação do professor que irá atuar com os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE's). Dessa forma, discutir sobre a formação de professores é imprescindível face aos desafios que convivemos na educação brasileira. (FREITAS, 2010, p.73).

Entretanto, é fato que, o que difere um educador de outro envolve aspectos intelectuais (conhecimentos, formas de compreender e compartilhar saberes), concepções históricas, políticas e sociais e, principalmente suas ações em meio ao ambiente escolar, embasadas em aspectos subjetivos.

As práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula estão diretamente relacionadas com a forma como os profissionais da instituição compreendem a sociedade bem como, a visão que o educando possui pois, dentro da escola há uma cultura: “A análise da cultura escolar, portanto, permite evidenciar as ligações profundas que unem escola e cultura no todo sócio-histórico [...]”. (SILVA, 2006, p.30).

De acordo com Martins e Rabatini (2011), para Vigotski a concepção de cultura envolve as relações sociais que contribuem para o desenvolvimento do pensamento abstrato, conforme apontam:

A cultura escolar para este autor é produto das leis históricas determinadas pelas condições concretas da existência humana e, assim sendo, o homem nessa perspectiva produz cultura, mas também é fruto das relações sociais, que são internalizadas por ele e que se expressam na forma de funções psíquicas. (MARTINS; RABATINI, 2011, p. 345)

Pensar as práticas educacionais nas aulas de história, de maneira inclusiva, considerando a cultura escolar é um desafio para o professor que está iniciando sua carreira, bem como para o acadêmico que está em processo de formação inicial e, que desenvolve um trabalho na Educação Especial.

Nas aulas de História, foi possível dialogar com a Professora Regente e buscar organizar a proposta do trabalho didático voltado para a estudante com NEE (seu nome não

será citado para preservação de sua imagem), que possui diagnóstico de equipe multidisciplinar, com deficiência intelectual leve, está alocada no 8.º ano no turno vespertino e, frequenta a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM).

As discussões acerca da perspectiva das práticas pedagógicas elaboradas de acordo com o desenvolvimento da estudante, foram realizadas em momentos de Planejamento de aula da Professora regente, em alguns momentos, sem prévio agendamento e, não havia tempo hábil para trocarmos muitas informações, devido a demanda que o espaço escolar exige.

Entretanto, é preciso afirmar que, mesmo diante das dificuldades enfrentadas no que refere ao tempo hábil para a organização de um Plano Educacional Individualizado na perspectiva do ensino colaborativo, foi possível trabalhar com materiais concretos, alguns elaborados pela estagiária, e outros disponíveis SRM, recursos multimídias, livros didáticos selecionados de acordo com o processo de desenvolvimento da educanda.

Para uma prática, na perspectiva inclusiva, é fundamental que, os educadores tenham conhecimento das particularidades do alunado, para Rabelo (2012): “A colaboração entre professores do ensino comum e ensino especial exige a assunção de responsabilidades no ensino de todos os alunos da sala e não somente dos alunos com NEEs.” A autora permite compreender que, o ensino colaborativo pode ser visto com uma ótica, para além de um instrumento pedagógico, mas como uma ação que envolve as relações, interações, articulações e concepções dos profissionais que fazem parte do processo educativo. É preciso buscar informações acerca de suas dificuldades e potencialidades, para que as adaptações sejam efetuadas em conjunto. É fundamental que, professor regente e professor de apoio e / ou estagiário elaborem o plano de atividades de maneira articulada e, pensem juntos de que forma, podem adaptar as atividades da sala, para que o educando que possui NEE participe das atividades propostas e, valorizando suas potencialidades refletindo no desenvolvimento do mesmo, conforme afirma a Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001:

II - a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências; (BRASIL, 2001, p. 1-2).

Nessa perspectiva, é que se deu a busca pela organização do trabalho didático com a estudante, de maneira que pudesse compreender conceitos básicos dos conteúdos propostos no currículo, para desenvolvimento de suas habilidades. Após diálogo com a estagiária acerca da maneira que poderiam trabalhar, para que a educanda, fizesse parte efetivamente da construção de saberes no processo educacional. A professora regente elaborou apostila com imagens, caça palavras, textos curtos explicativos.

Durante as aulas, com mediações e intervenções pedagógicas da estagiária, foi possível trabalhar com a estudante, que apresentou no momento das atividades a compreensão, por exemplo, da função das indústrias e fábricas, os meios de transporte e o trabalho, para a sociedade. O que representa um avanço no que se refere ao processo educacional da estudante e que, dentro de suas dificuldades e habilidades, por meio das práticas pedagógicas pensadas de acordo com suas necessidades.

Considerações Finais

Com uso de diferentes recursos tais como: imagens, jogos, multimídias, atividades impressas adaptadas, aulas ao ar livre e, uma busca constante por adequações que possibilitassem a efetiva participação da educanda, foi possível perceber que, o processo educacional é complexo e, para que a inclusão no contexto escolar se efetive, fatores como formação inicial e continuada, articulação na organização do trabalho didático pelos docentes e, principalmente as relações sociais e interações dentro da escola entre professor/professor, estudante/professor, estudante/estudante etc., são alguns elementos de suma importância necessita e que, contribuem para a aquisição de conhecimentos e, para o desenvolvimento dos sujeitos, considerando suas particularidades.

Referências

ALVES, G. L. **A organização do Trabalho Didático na escola: Análise Histórica.** Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), 2000.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC. 2001.

FREITAS. S.N. A importância da formação de professores para atuar numa perspectiva inclusiva. **Da educação especial à educação na diversidade:** escolarização, práticas e

processos / Alexandra Ayach Anache, Antonio Carlos do Nascimento Osório, organizadores. – Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2010. pp.73-88.

MARTINS, L. M; RABATINI. A concepção de cultura em Vigotski. Contribuições para a educação escolar. **Psicologia Política**. Vol. 11. n.º 22. PP. 345-358. JUL. -DEZ. 2011.

MARTINS, P. L.O. **Didática**. Editora IBPEX, 2009.

RABELO, L. C. C. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar**. São Carlos: UFSCAR, 2012 (dissertação).

SILVA, F. de. C. T. Escola e cultura escola - dimensões do currículo. **Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste** - ANPEd (8.: 2006: Campo Grande, MS). Coletânea /Filomena Maria de Arruda Monteiro, Maria Lúcia Rodrigues Muller; organizadoras. --EdUFMT, 2006. 3v. pp. 29-40.